



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Reformas Econômicas

Voto: 10/2025/CGSCOM/MF

Processo SEI nº: 25351.939138/2023-46

1. RELATÓRIO

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado pela Secretaria-Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) com o objetivo de apurar a venda de medicamentos, feita pela empresa a BASCEL SOLUÇÕES LTDA, para associações e entidades privadas, por valor superior ao Preço Fábrica (PF) em maio de 2020, nos termos da denúncia (SEI 44837082, fl. 01 e ss).
2. Em sede de investigação preliminar, a Secretaria-Executiva da CMED (SCMED) exarou a Nota Técnica nº 455/2023/SCMED/GADIP/ANVISA em 8 de dezembro de 2023 (fl. 29 e ss), que apontou a venda dos medicamentos CITRATO DE FENTANILA - Apresentação 50 MCG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD AMB X 10 ML (EMB HOSP), Código GGREM nº 511610303152110; ATROFARMA - Apresentação 0,25 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 1 ML, Código GGREM nº 508302102156414; GLICONATO DE CALCIO 10% - Apresentação 100 MG/ML SOL INJ IV CX 100 AMP VD INC X 10 ML, Código GGREM nº 511214090025104; MIDAZOLAM - Apresentação 5 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10 ML (EMB HOSP), Código GGREM nº 511609906159113; e GLICOSE - Apresentação 50% SOL INJ CX 200 AMP PLAS TRANS X 10 ML, Código GGREM nº 539013090001403, com valor superior ao PF, perfazendo o total a maior de R\$ 23.860,40 (vinte e três mil, oitocentos e sessenta reais e quarenta centavos).
3. Após defesa apresentada pela empresa, a SCMED emitiu a Decisão nº 117, de 10 de maio de 2024 (fls. 76 e ss), atestando a infração da empresa na venda de medicamento por preço superior ao permitido, em descumprimento ao previsto nos artigos 2º e 8º, caput, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Orientações Interpretativas nº 1/2006 e nº 2/2006; e Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018, concluindo pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R\$ 47.028,41 (quarenta e sete mil, vinte e oito reais e quarenta e um centavos, conforme dosimetria apontada nos itens 2.b.2 a 2.29 da referida decisão).
4. A empresa, então, interpôs recurso administrativo (fls. 302 e ss), em que ponderou, em síntese, que:
 - i. que a empresa já adquiriu os fármacos em valores superiores aos constantes da tabela CMED, razão pela qual não conseguiria repassar os fármacos em valores diferentes naquele momento;
 - ii. a Tabela CMED, na verdade real, não respeita o artigo 6º, inciso V da Lei 10.742 de 9 de outubro de 2003 e suas resoluções, desprezando esse mercado do comércio e não levando em conta seus custos de compra, não havendo motivo para a cominação de qualquer sanção; e
 - iii. requer o processo de solução consensual de conflitos, suspendendo a tramitação até a formulação do TAC.
5. A SCMED recebeu o recurso por entender presentes os requisitos de tempestividade, legitimidade, cabimento e interesse e, na sequência, sorteou o processo entre os membros do Comitê Técnico-Executivo (CTE) da CMED, cuja relatoria ficou a cargo da Secretaria de Reformas Econômicas (SRE) do Ministério da Fazenda.
6. Após análise, esta SRE vislumbrou, em duas ocasiões, a possibilidade de majoração no valor da multa aplicada ao observar que a Secretaria-Executiva da CMED teria, em sua decisão, deixado de aplicar a agravante de infração com caráter continuado e a de risco de desabastecimento, previstas no art. 13, inciso II, alíneas "b" e "d", da Resolução CMED nº 2/2018.
7. Assim, em atenção ao parágrafo único do art. 64 da Lei nº 9.784/1999, a empresa foi notificada por meio dos Ofícios Nº 14150/2025/MF (SEI 49317378) e Nº 53995/2025/MF (SEI 53879668), onde foi concedido o prazo de 15 dias para que, caso quisesse, apresentasse suas alegações finais.
8. A empresa confirmou o recebimento dos referidos Ofícios em 26 de março de 2025 (SEI 49557651) e 22 de setembro de 2025 (SEI 54058350), e apresentou sua alegações finais (SEI 54944001), em que ponderou o seguinte:
 - A imputação de suposta prática abusiva carece de fundamento, uma vez que os preços praticados pela Defendente decorreram exclusivamente do repasse dos custos de aquisição junto a fabricantes e grandes distribuidores;
 - Não se pode imputar continuidade delitiva à Defendente, pois não houve conduta reiterada e dolosa de elevação de preços, mas apenas repasses pontuais, condicionados às distintas notas de aquisição já acima do preço de fábrica;
 - Não há que se falar em agravante de risco de desabastecimento. Ao contrário: a Bascel atuou para garantir a disponibilidade de medicamentos em momento crítico, mesmo assumindo custos elevados e enfrentando dificuldades logísticas, evitando a interrupção de fornecimento a hospitais e entidades.; e
 - Os fatos remontam ao ano de 2020, de modo que já se passaram mais de quatro anos desde a sua ocorrência. Tal demora comprometeu o exercício da ampla defesa, notadamente porque, em julho de 2021, o servidor da empresa foi invadido por criminosos cibernéticos, acarretando a perda de notas fiscais eletrônicas de entrada e saída que poderiam corroborar, ainda mais, a tese defensiva.
9. De forma que seguimos abaixo com a análise de mérito.

2. ANÁLISE

2.1 Admissibilidade do Recurso Administrativo

10. Considerando que a Notificação nº 481/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA da SCMED, cientificando a empresa acerca do teor da Decisão nº 117, foi recebida pela empresa em 24/05/2024, e que o recurso foi interposto em 21/06/2024, considera-se que o mesmo é tempestivo, nos termos do art. 29 da Resolução CMED nº 2/2018.

2.2 Mérito

11. O presente Processo Administrativo trata do descumprimento das regras do mercado de medicamentos, mais especificamente pela não aplicação do Preço Fábrica (PF) pela empresa BASCEL SOLUÇÕES LTDA. na formação de seus preços e posterior venda de medicamentos para associações e entidades privadas.
12. Primeiramente, vale ressaltar que o respeito às normas estabelecidas pela CMED não é uma faculdade, mas uma obrigação. A oferta e a venda de medicamentos deve atender à toda a regulamentação legal e infralegal vigente sobre o tema. Cumpre destacar, neste ponto, a competência da CMED para regular o mercado de medicamentos, não podendo a empresa eximir-se da responsabilidade de agir consoante as regras aplicáveis à oferta e comercialização destes produtos.
13. Nesse sentido, a Decisão nº 117 da CMED é cristalina quando afirma que "*é de amplo conhecimento que a regulação econômica do mercado de medicamentos se baseia no modelo de teto de preços, ou seja, a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) estabelece o preço máximo pelo qual determinado medicamento pode ser comercializado no mercado nacional. Nesse sentido, a empresa é livre para negociar seus preços, contanto que não ultrapasse o*

teto permitido pela regulação."

14. Importa ainda relatar que a CMED publicou a Orientação Interpretativa nº 02/2006, a qual estabeleceu que "nos fornecimentos para órgãos públicos através de licitações ou não, o distribuidor é obrigado a vender os produtos, tendo como referencial máximo o preço fabricante". Na definição da referida Orientação Interpretativa, preço fábrica é "o teto de preço pelo qual um laboratório ou distribuidor de medicamentos pode comercializar no mercado brasileiro um medicamento, já incorrendo em todos os custos de comercialização", o qual, por sua vez, como regra geral, é composto do ICMS, do PIS e da COFINS incidentes nas operações de compra e venda de medicamentos, conforme já previsto no art. 5º da Resolução CMED nº 04/2003.

15. Destaque-se ainda, que na composição do PF já é levado em consideração todo o custo referente à distribuição do medicamento. Isso significa dizer que sim, teoricamente, há margem para que haja viabilidade na revenda dos medicamentos. Numa relação de mercado, é certo que cabe à empresa avaliar, sempre observando as normas pertinentes à sua atividade, quando determinada atuação irá lhe ser vantajosa, sob pena de arcar com o prejuízo decorrente. Trata-se do risco do negócio.

16. Ademais, a já citada Decisão corrobora o entendimento quando afirma que "A venda de medicamentos por valores superiores ao PF é, portanto, uma ofensa ao dever que a indigitada empresa sabidamente possui, enquanto ente regulado. Consigne-se que a segurança jurídica é um dos valores fundamentais da humanidade, pois concede aos indivíduos a garantia necessária para o desenvolvimento de suas relações sociais, tendo a certeza da consequência dos atos praticados, cabendo ao Direito o papel de preservá-la."

17. A argumentação trazida pela empresa, objeto de análise neste voto, não apresenta qualquer novidade em relação à defesa apresentada e já analisada exaustivamente pela SCMED por meio da Decisão nº 117, com a qual concorda-se integralmente no mérito.

18. O questionamento sobre os valores estipulados pela Tabela CMED, e seu suposto desprezo pelo mercado do comércio, não levando em conta os custos de compra das distribuidoras, foge completamente do escopo deste Voto e poderá ser arguido no fórum apropriado.

19. Observa-se ainda que a SCMED atestou que examinará as Notas Fiscais apresentadas pela empresa em sede de Investigação Preliminar, nos termos dos arts. 15 e 16 da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018, e, em caso de identificação de indício de irregularidade nos preços praticados, serão instaurados os respectivos processos administrativos sancionatórios.

20. E finalmente, em relação a celebração de um TAC, apresentamos abaixo a condição descrita em detalhes pela Resolução CMED nº 2/2018, em seu Capítulo V, denominado "Compromisso de Ajustamento de Conduta", que dispõe no seu Art. 1º, §§ 1º e 2º, os requisitos mínimos para a formalização do pedido, bem como o responsável por avaliar a proposta. Senão vejamos:

"Art. 30. A CMED poderá, antes da instauração ou até o encerramento do processo administrativo, de ofício, ou mediante requerimento da parte interessada, na órbita de suas competências legais, com vistas ao melhor atendimento ao interesse público e à garantia de cumprimento das normas que regulamentam o mercado de medicamentos, celebrar Compromisso de Ajustamento de Conduta com os investigados ou infratores.

§ 1º O requerimento de celebração de Compromisso de Ajustamento de Conduta deverá ser apresentado em petição específica, dirigida à Secretaria-Executiva da CMED, receberá autuação própria e importará em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória, interrompendo-se o prazo de prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 2º, inciso IV, da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999."; e

§ 2º § 2º Caberá ao Comitê Técnico-Executivo da CMED avaliar a proposta e deliberar sobre a celebração do respectivo compromisso, bem como avaliar quaisquer questões incidentais que porventura venham a surgir."

21. Considerando que o pedido da empresa para a elaboração de "Termo de Ajustamento de Conduta" não ocorreu por meio de PETIÇÃO ESPECÍFICA, dirigida à Secretaria-Executiva, consoante determinação contida no § 1º do citado artigo 30, tem-se que não foram atendidas as exigências mínimas de petição, protocolo e competência quanto ao Compromisso de Ajustamento de Conduta, estando prejudicado o pedido subsidiário de transação ou celebração de acordo com a CMED.

22. Já no tocante aos argumentos contidos nas alegações finais da Recorrente a respeito da majoração da multa, salientamos:

- Os fundamentos para a imputação das práticas abusivas da empresa estão claramente delineadas, tanto na Decisão nº 117, de 10 de maio de 2024, da SCMED, quanto nos itens 11 a 16 deste Voto.
- Da mesma forma, a Recorrente não apresenta qualquer prova em contrário no tocante a aplicação das agravantes feitas por essa SEAE. Reitera-se que a prática teve caráter continuado, uma vez que foram ofertados mais de um medicamento, e que os medicamentos vendidos foram utilizados no combate a COVID, o que resulta na aplicação da agravante de risco de desabastecimento, em conformidade à Resolução CTE-CMED nº 9, de 2 de julho de 2021, que estabelece procedimentos para a análise dos Documentos Informativos de Preço referentes aos pedidos de precificação de medicamentos destinados ao tratamento da Covid-19.
- Por fim a mera alegação de que o sistema da empresa fora hackeado, novamente sem apresentação de provas de como tal acontecimento teria afetado a defesa, não merece prosperar. As devidas notas foram anexadas no presente processo e a empresa teve acesso total as mesmas.

23. Dito isto, esta SEAE entende que os argumentos contidos nas alegações finais não tem o condão de mudar a decisão de primeira instância, nem afastar a aplicação das agravantes determinadas por esta Subsecretaria.

24. Por fim, salienta-se que a empresa não foi obrigada a efetuar a venda. Se, contudo, decide por fazê-lo, deverá sim estar submetida a todas as normas aplicáveis ao caso, sendo obrigatória a aplicação do Preço Fábrica (PF), um critério indiscutível e vinculante a todo e qualquer interessado.

25. Nesse sentido, não restam dúvidas da necessidade de aplicação do PF na formação de preços e posterior venda de medicamentos.

26. Dessa forma, no mérito, o entendimento desta SEAE está em consonância ao da SCMED, no sentido de que a penalidade pecuniária deverá ser calculada em consonância com os critérios definidos no Art. 9º, IV, "b" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018, que determina, no caso da venda de medicamento por preço superior ao máximo autorizado:

"Art. 9º O valor base da multa será fixado conforme os seguintes critérios, de acordo com cada grupo de infração:

(...)

IV – Quanto às infrações classificadas no inciso II do art. 5º, observar-se-ão as seguintes metodologias:

(...)

b) quando as infrações envolverem a venda de medicamento com preço aprovado, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 5º:

$$Mv = 2a \cdot (1 + i)$$

Onde:

Mv = multa apurada no processo administrativo para cada venda;

a = diferença entre o valor ofertado/comercializado e o preço CMED, por apresentação, multiplicada pela quantidade vendida, nos casos em que tal demanda seja quantificável;

i = índice de ajuste face à condição econômica do agente."

TABELA: Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente

Faixas	Faturamento médio no ano do ilícito	Índice de ajuste
A	$x \geq 100.000.000,00$	10%
B	$50.000.000,00 \leq x < 100.000.000,00$	7%
C	$25.000.000,00 \leq x < 50.000.000,00$	5%
D	$10.000.000,00 \leq x < 25.000.000,00$	4%
E	$x < 10.000.000,00$	2%

Dados da Empresa			
Razão Social:	BASCEL SOLUÇÕES LTDA - EPP	CNPJ:	21.515.353/0001-02
Tipo do CNPJ:	MATRIZ	Ano Base:	2018
Nome Fantasia:	[sem informação]	Porte:	GRANDE - GRUPO I Histórico de Porte
Situação de Cadastro:	CADASTRADA	Inscrição Estadual:	2018

27. Considerando o faturamento presumido da empresa BASCEL SOLUÇÕES LTDA., segundo seu cadastro atual no sistema DATAVISA, respectivo enquadramento de porte disponível na página da ANVISA na internet e, considerando o sobrepreço unitário, em cada uma das vendas, multiplicado pela quantidade de apresentações solicitadas, observado o Princípio da Verdade Real, tem-se que:

CÁLCULO DE MULTA SOBRE OFERTA E/OU VENDA DE MEDICAMENTOS POR PREÇO SUPERIOR AO PERMITIDO (PF/CAP LISTA CAP JUDICIAL ICMS)									
Empresa:	BASCEL SOLUÇÕES LTDA-EPP				Nº CNPJ	21.515.353/0001-02			
Processo Nº	25351.939138/2023-46				FAIXA DE FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO			FAIXA B	
FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		R\$	51.000.000,00		TOTAL DE MULTA A RECOLHER		R\$	70.542,62	
Valor da UFIR de nov/2000 atualizado pelo IPCA e até o trimestre (jan-24 a mar-24)	4,355813681		Total Multa em UFIR	16.195	TOTAL MÁXIMO A RECOLHER		R\$	70.542,62	
PRODUTO	Apresentação	Data da INFRAÇÃO	Faturamento a maior À EPOCA DA INFRAÇÃO	Faturamento Corrigido pela Selic	% Multa	Concretização		Multa em R\$	
CITRATO DE FENTANILA	50 MCG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD AMB X 10 ML (EMB HOSP)	06/2020	R\$ 973,55	R\$1.302,12	7,0%	Venda	R\$ 2.786,54	2.786,54	
CITRATO DE FENTANILA	50 MCG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD AMB X 10 ML (EMB HOSP)	06/2020	R\$ 6.900,20	R\$9.229,02	7,0%	Venda	R\$ 19.750,10	19.750,10	
ATROFARMA	0,25 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 1 ML	08/2020	R\$ 954,18	R\$1.272,88	7,0%	Venda	R\$ 2.723,95	2.723,95	
ATROFARMA	0,25 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 1 ML	07/2020	R\$ 1.176,27	R\$1.571,03	7,0%	Venda	R\$ 3.362,00	3.362,00	
ATROFARMA	0,25 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 1 ML	07/2020	R\$ 60,26	R\$80,48	7,0%	Venda	R\$ 172,23	871,16	
GLUCONATO DE CÁLCIO	100 MG/ML SOL INJ IV CX 100 AMP VD INC X 10 ML	07/2020	R\$ 162,97	R\$217,66	7,0%	Venda	R\$ 465,80	871,16	
ATROFARMA	0,25 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 1 ML	08/2020	R\$ 1.248,27	R\$1.665,19	7,0%	Venda	R\$ 3.563,51	3.563,51	
ATROFARMA	0,25 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 1 ML	07/2020	R\$ 1.248,27	R\$1.667,19	7,0%	Venda	R\$ 3.567,79	3.567,79	
MIDAZOLAM	5 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10 ML (EMB HOSP)	07/2020	R\$ 4.939,47	R\$6.597,16	7,0%	Venda	R\$ 14.117,91	14.117,91	
CITRATO DE FENTANILA	50 MCG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD AMB X 10 ML (EMB HOSP)	08/2020	R\$ 1.150,10	R\$1.534,23	7,0%	Venda	R\$ 3.283,26	3.283,26	
ATROFARMA	0,25 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 1 ML	08/2020	R\$ 1.431,27	R\$1.909,31	7,0%	Venda	R\$ 4.085,93	4.085,93	
ATROFARMA	0,25 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 1 ML	05/2020	R\$ 56,08	R\$75,12	7,0%	Venda	R\$ 160,77	871,16	
ATROFARMA	0,25 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 1 ML	08/2020	R\$ 760,45	R\$1.014,44	7,0%	Venda	R\$ 2.170,90	2.170,90	
ATROFARMA	0,25 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 1 ML	08/2020	R\$ 1.450,18	R\$1.934,54	7,0%	Venda	R\$ 4.139,92	4.139,92	
GLICOSE	50% SOL INJ CX 200 AMP PLAS TRANS X 10 ML	08/2020	R\$ 120,70	R\$161,01	7,0%	Venda	R\$ 344,57	871,16	
ATROFARMA	0,25 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 1 ML	08/2020	R\$ 1.228,18	R\$1.638,39	7,0%	Venda	R\$ 3.506,16	3.506,16	

28. Conforme entendimento trazido pelo Ministério da Justiça e referendado pelo CTE, as multas aplicadas com base no Código de Defesa do Consumidor – caso aqui narrado – devem ser arbitradas com referência na UFIR, atualizada pelo IPCA-e, índice que é publicado a cada trimestre.

29. A CMED, com base na deliberação do CTE, de 29 de junho de 2016 e na metodologia utilizada pela Gerência de Gestão da Arrecadação (GEGAR/ANVISA), seguindo recomendação da Controladoria Geral da União (CGU), por meio do Relatório CGU nº 201315441, passou a adotar a Taxa Selic como forma de atualização do faturamento auferido a maior à época da infração (data de emissão da nota fiscal).

30. Nesse sentido, como o presente Processo Administrativo tem por objeto a venda por preço acima do permitido, apurado em sua totalidade, sugerimos, para que se alcance a razoabilidade, a atualização do valor auferido a maior a partir do mês de ocorrência do evento irregular, nos termos da tabela constante no item 25.

2.3 Agravantes e Atenuantes

31. Em relação às agravantes e atenuantes, assim dispõe a Decisão nº 117, da CMED:

2.28. Não cabe agravante no caso em apreço; quanto às atenuantes, considerando que a empresa BASCEL SOLUÇÕES LTDA-EPP não possui condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, em um prazo de cinco anos, sendo, pois, hipótese de atenuante de 1/3, nos termos do Art. 13, inciso I, alínea "a", da Resolução CMED nº 02/2018.

2.29. Ante o exposto, deve-se considerar o cômputo da atenuante de 1/3, sobre o valor da multa base prevista de R\$ 70.542,62 (setenta mil, quinhentos e quarentas e dois reais e sessenta e dois centavos), consoante preconizado no Art. 13, § 1º, §2º, e §3º da Resolução CMED nº 02/2018 "Incidirão sobre o valor base da multa as circunstâncias agravantes e, sobre este resultado, as atenuantes, respeitando-se os limites mínimo e máximo da pena, nos termos do art. 10 desta Resolução", o que resulta em R\$ 47.028,41 (quarenta e sete mil, vinte e oito reais e quarenta e um centavos).

32. Esta SEAE considera que cabe, no caso em tela, a aplicação da agravante de caráter continuado, uma vez que foram vendidos diversos medicamentos em momentos distintos, de forma que a multa deverá ser agravada em 1/3 do valor da multa base. No mesmo sentido, entende-se que deve ser aplicada ainda a agravante de risco de desabastecimento, em conformidade à Resolução CTE-CMED nº 9, de 2 de julho de 2021, que estabelece procedimentos para a análise dos Documentos Informativos de Preço referentes aos pedidos de precificação de medicamentos destinados ao tratamento da Covid-19. Todos os medicamentos vendidos pela empresa foram destinados ao tratamento da Covid-19. Ou seja, a multa deverá ser majorada em dobro.

33. No tocante às atenuantes, a SEAE coaduna com a argumentação da SCMED no sentido de ser aplicável a atenuante de primariedade, o que implica na redução da multa em 1/3.

34. De forma que a multa sugerida, aplicando-se as duas agravantes citadas (caráter continuado e risco de desabastecimento), deverá ser majorada em dobro, e atenuada em 1/3 (primariedade), resultando no valor final de **R\$ 94.056,82 (noventa e quatro mil, cinquenta e seis reais e oitenta e dois centavos)**.

3. CONCLUSÃO

35. Diante do exposto, esta SEAE conhece do recurso administrativo interposto, não lhe dando provimento. No entanto retifica-se o valor da multa, com aplicação de duas novas agravantes e uma atenuante, totalizando no valor final de **R\$ 94.056,82 (noventa e quatro mil, cinquenta e seis reais e oitenta e dois centavos)**.

HEBER MOURA TRIGUEIRO

Coordenador Técnico

PRISCILA GEBRIM LOULY

Coordenadora Geral de Saúde e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Gebrim Louly, Coordenador(a)-Geral**, em 05/11/2025, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heber Moura Trigueiro, Coordenador(a)**, em 06/11/2025, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **49196511** e o código CRC **0BD91C62**.